

Conflito do Saara Ocidental: uma Guerra Fria esquecida no deserto?

Western Sahara Conflict: a forgotten Cold War in the desert?

Thayla Bicalho Bertolozzi

Graduanda em História na Universidade de São Paulo

Resumo

O presente trabalho visa analisar o Conflito do Saara Ocidental enquanto uma demonstração dos resquícios da Guerra Fria e do processo de colonização do Magrebe através de análises teóricas de Relações Internacionais realizadas por autores como John J. Mearsheimer e Francis Fukuyama. Quanto à atuação das instituições internacionais no conflito, são utilizadas como argumentação as críticas ofensivas e neorrealistas de Mearsheimer em relação ao poder e à capacidade real das mesmas frente aos desafios de ganhos relativos e manutenção da soberania nacional no caso marroquino.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Conflito do Saara Ocidental. Guerra Fria.

Abstract

This paper aims to analyze the Western Sahara conflict as a demonstration of the remnants of the Cold War and the process of colonization of the Maghreb through theoretical analyzes of International Relations conducted by authors such as John J. Mearsheimer and Francis Fukuyama. As for the actions of the international institutions in the conflict, Mearsheimer's offensive and neorealist critiques about their power and their real capacity against the challenges of relative gains and maintenance of national sovereignty in the Moroccan case are used as argument.

Keywords: *International Relations. Western Sahara Conflict. Cold War.*

1.0 - Introdução

O Conflito do Saara Ocidental (1970 - presente) ainda é um impasse em um território onde interesses argelinos, saarauís, marroquinos e mauritanos divergem. Controlada em 1884 pela Espanha, a área fora posteriormente demarcada com um divisão entre o Saara Ocidental, de posse espanhola, e a Mauritânia, colônia francesa, através da assinatura do Tratado de Paris em 1900 por franceses e espanhóis. A Espanha, no entanto, enfrentava resistência do povo saarauí, que almejava a independência do território com base no direito de autodeterminação dos povos. Entre 1957 e 1958, a Guerra de Ifni já demonstrava quão perigosa era a tentativa de descolonização. Com uma frente franco-espanhola, tornou-se extremamente complexo para os rebeldes marroquinos continuarem lutando pela reivindicação de territórios que, antes da anexação por parte da Espanha, eram atribuídos ao Marrocos. Dada a independência marroquina da França, o intuito era receber tais possessões de volta. No entanto, essa tentativa culminou nesse embate, também conhecido como "Guerra Esquecida". Posteriormente, manifestações pacíficas fracassadas - mesmo as mais estruturadas - por parte do povo saarauí, que também lutavam para a garantia do território, foi criada, em 1973, a "*Frente Popular de Liberación de Saguía el Hamra y Río de Oro*" (*POLISARIO*), com o intuito de suprimir a colonização espanhola no território (MIGUEL, 1995, p. 93). Em 1975, o Reino do Marrocos comandou a denominada Marcha Verde, com civis e militares, visando fazer com que a Espanha cedesse o território almejado pelos marroquinos. Em novembro de 1975, foi assinado, portanto, o Acordo de Madrid entre Marrocos, Mauritânia e Espanha, garantindo a divisão do Saara Ocidental entre os dois primeiros países sem abdicar da soberania espanhola ainda exercida legalmente (ESTRADA, 2015). Mesmo após o acordo, os marroquinos invadiram a área pertencente à Mauritânia, e a mesma decidiu retirar-se em 1979 devido às baixas que havia enfrentado por meio das guerrilhas da Frente de Polisário. Essa ação militar marroquina - agregada à construção de um muro de 2700km de extensão (ESTRADA, 2015), cuja criação fora ordenada pelo Rei marroquino Hassan II - fez com que, em 1980, saarauís se refugassem no sul da Argélia, sobretudo em locais próximos à cidade de Tindouf, que já havia sido o local de outro conflito entre Argélia e Marrocos em 1963, a

Guerra das Areias, envolvendo também a província de Béchar. Na ocasião, Marrocos recebeu o apoio dos Estados Unidos e da França, enquanto que a Argélia se dispôs de aliados como Egito, União Soviética e Cuba (ESTRADA, 2015). Esse apoio, no entanto, não era diretamente aos saarauís. De um lado, Marrocos recebia, também, o apoio de monarquias próximas, preservando sua imagem de conservadorismo, enquanto que a Argélia mantinha um discurso mais rebelde e nacionalista - algo que preocupava a União Soviética e resultou em apoios menos eficazes por medo das reivindicações do povo saarauí, que poderiam afetar seus interesses no Magrebe (ESTRADA, 2015/). Portanto, é possível evidenciar que a União Soviética "nunca tomou uma postura decidida a favor dos saarauís" (MIGUEL, 1995, p. 338) e que, na verdade, "nenhum país da Europa Oriental, salvo a antiga Iugoslávia (o menos soviético de todos), reconheceu a RASD - República Saarauí Democrática" (BRIONES, 1993, pp. 107-108). Quanto aos saarauís, suas reivindicações permaneciam invisíveis e diversas violações aos direitos humanos praticadas (EL DIARIO ESPAÑOL, 2015), sobretudo, por oficiais marroquinos, foram constatadas nos campos de refugiados.

2.0 - O "Fim da História" de Fukuyama e o impasse do conflito

Embora o conflito do Saara Ocidental tenha sua origem para além da Guerra Fria (considerando o envolvimento de antagonismos ainda mais antigos), sua contextualização ao período deu-se, sobretudo, através do envolvimento de grandes potências durante a Guerra das Areias. Mesmo que o conflito entre Argélia e Marrocos não fosse explicado pelo embate entre comunismo e capitalismo, é possível afirmar que houve uma influência dessa disputa (representada sobretudo pela URSS e pelos EUA), e que a mesma foi transplantada para o território do Saara Ocidental como em outras ocasiões onde as duas grandes superpotências faziam das regiões do "Terceiro Mundo" seu tabuleiro de guerras indiretas com apoios diretos.

Entretanto, o conflito ainda não terminou. Em sua tese "O Fim da História", Francis Fukuyama compreende que o fascismo e o comunismo já estão "mortos"

para os liberais. Embasado em uma ótica hegeliana, o autor valoriza amplamente o que se passa no campo das ideias para compreender as transformações na área material, com base na sua perspectiva liberal. Sua tese valoriza a vitória de uma "mentalidade" (liberal) sobre a outra: o "Fim da História" indica, portanto, que a humanidade chegou a uma história com destino único que culminou nessa perspectiva ideológica do que a humanidade encontrou como o melhor caminho possível (o liberalismo). No entanto, isso não significa, necessariamente, que as guerras ou os conflitos tenham terminado, e sim que o paradigma liberal tornou-se hegemônico, sendo capaz de destruir qualquer oposição.

Fukuyama compreende, contudo, que há outras duas formas de questionamento emergentes: o nacionalismo e a religião (FUKUYAMA, 1989, p. 18). O autor afirma que, no mundo contemporâneo, "apenas o Islã ofereceu um Estado teocrático como uma alternativa política tanto ao liberalismo quanto ao comunismo" (FUKUYAMA, 1989, p. 19). Entretanto, essa doutrina é pouco atrativa àqueles que não são muçulmanos - e considera, portanto, que ela dificilmente terá um alcance e uma significância globais. Quanto ao nacionalismo, o autor entende não ser "apenas um fenômeno, mas vários" (FUKUYAMA, 1989, p. 19), em diferentes níveis e proporções, onde apenas os mais sistemáticos conseguem ser, de fato, uma ideologia formalmente equiparável ao comunismo.

Finalmente, Fukuyama constata que, no Terceiro Mundo, essas problemáticas ainda são fortes e presentes. Se assim são, isto permite a seguinte indagação: teria o "Fim da História" realmente chegado a todos os países - incluindo a periferia do Sistema Internacional? Certamente, o conflito no Saara Ocidental não se resume apenas ao embate nacionalista (nem religioso) descrito por Fukuyama, muito menos ao "Choque de Civilizações" teorizado por Huntington, onde as dessemelhanças acentuadas pela globalização e pelas regionalizações coexistentes podem gerar conflitos, pautando-se na simplificação de que "pode existir um franco-argelino, mas dificilmente existirá um cristão-muçulmano" (HUNTINGTON, 1994, p. 6). Sua generalização parece alocar religiões e "civilizações" em blocos imutáveis e antagônicos, considerando, ainda, que "a cortina de veludo da cultura substituiu a cortina de ferro da ideologia como a mais significativa linha divisória da Europa" (HUNTINGTON, 1994, p. 7). A diferença

entre Fukuyama e Huntington está, portanto, na renúncia ao universalismo, como se não houvesse uma única história universal (HARTOG, 2005, p. 22). O caso do Saara Ocidental, em contrapartida, tem fundamentos em antagonismos nacionalistas - como demonstra a Frente do Polisário - mas não é a única problemática: o fim da Guerra Fria, ausência das potências nos tabuleiros do Terceiro Mundo e, conseqüentemente, a alocação de novos parceiros (as indústrias de armas) abriram espaço para a formação de mais guerrilhas, milícias e conflitos - sobretudo em países periféricos (RUFIN, 1991, p. 103). Sem a presença das duas grandes potências (Estados Unidos e União Soviética) controlando as relações políticas locais, esses países podiam agir conforme acreditavam ser melhor, inclusive perpetuando conflitos e realizando massacres e genocídios.

3.0 - As tentativas institucionais para a resolução do conflito

Em 13 de dezembro de 1974, foi adotada a Resolução 3292 (XXIX) por meio da Assembleia Geral das Nações Unidas, compreendendo a "transmissão de dossiê de documentos pelo Secretário Geral das Nações Unidas [...] e o depósito de declarações escritas ou cartas e/ou apresentação de exposições orais por 14 Estados, incluindo Argélia, Mauritânia, Marrocos, Espanha e Zaire" (CEDIN, 1975, p.2). No ano seguinte, foi enviada a Missão de visita das Nações Unidas ao Saara espanhol, com o objetivo de verificar a situação nos países conflitantes e averiguar a descolonização efetiva no local. Confrontado, o Marrocos optou por tentar justificar sua soberania no território com base em sua estrutura político-religiosa embasada no Islã - com a submissão de tribos ao Sultão anteriormente. Além disso, tentou realizar alguns acordos e tratados com outros países para dar força à sua argumentação. Dentre esses países, são ressaltados Estados Unidos, Grã-bretanha e a própria Espanha, entre 1767 e 1861 e demais tratados com Alemanha, Grã-Bretanha, Espanha e França que reconheciam sua extensão territorial até a fronteira do Rio do Ouro (CEDIN, 1975, p. 5).

Entre 1980 e 1991, o Plano de Regularização tratava de um possível referendo entre as partes para a resolução do conflito. No entanto, o mesmo não aconteceu. Em 1997, os Acordos de Houston promovidos pela ONU foram mais uma tentativa de solução, mas também não obteve resultados positivos. Em 2001, o Plano Baker I (apresentado por James Baker, ex-Secretário de Estado norte-americano e enviado das Nações Unidas), que almejava reconhecer a soberania ao Marrocos e ceder alguns poderes básicos políticos aos saarauís, foi aceito pelo Marrocos - mas negado pela Argélia e pela Frente Polisário (MIGUEL, 1995, p. 132). Dois anos depois (2003), foi acatada a resolução 1495 do Conselho de Segurança das Nações Unidas para apoiar o processo de descolonização embasada no Plano Baker II (2003) - que previa, por sua vez, reconhecer a autodeterminação do Saara Ocidental. Tal plano foi aceito pela Frente Polisário e pela Argélia mas, em contrapartida, rejeitado pelo Marrocos. Um ano depois, James Baker renunciou seu posto. E, em 2007, foi definida a Resolução 1754 do Conselho de Segurança das Nações Unidas para tentar, novamente, resolver o conflito. No entanto, os únicos resultados mais concretos obtidos após inúmeras resoluções, foi o cessar-fogo.

3.1 - O papel da MINURSO

Criada em 1991, a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (*Mission des Nations Unies pour l'Organisation d'un Référendum au Sahara Occidental* - MINURSO) foi estabelecida pelo Conselho de Segurança por meio da Resolução 690, convidando as duas partes à cooperação com o Secretário Geral (UNITED NATIONS, 1991). No mesmo ano, foi proposto o cessar-fogo que efetivamente aconteceu durante dois anos. Depois, alguns conflitos ocorreram novamente, mas posteriormente houve avanço significativo. Além disso, o objetivo da missão de *peacekeeping*¹ também era supervisionar os movimentos das Forças Armadas marroquinas e do Polisário, também objetivando identificar e registrar os eleitores para o referendo (os que poderiam votar) e, finalmente, organizá-lo (ZERROUGUI, 2012). Contudo, dados os problemas para definir quem realmente poderia votar no referendo segundo os

¹ Genericamente, o termo compreende a utilização de forças internacionais visando evitar confrontos sem alterar completamente as estruturas de forma interveniente direta em prol da paz, incentivando a decisão cooperativa das partes envolvidas.

Acordos de Houston, uma outra alternativa precisou ser elaborada para que os efeitos fossem positivos - os Planos Baker (I e II) já citados. Ambos falharam e, visto que o Marrocos não parecia estar disposto a aceitar uma opinião sobre o Saara Ocidental independente, houve o declínio dessa possibilidade. Em 2011, a União Africana e o Parlamento Europeu denunciaram eventos de violação dos Direitos Humanos e solicitaram que essa pauta fosse incluída na MINURSO. O Secretário-Geral da ONU (à época, Ban-Ki Moon) reagiu, portanto, enfatizando a importância da cooperação e de um acordo comum entre as partes, estabelecendo um mecanismo para tal (ZERROUGUI, 2012). O Marrocos, novamente, rejeita a proposta. A MINURSO termina por não adotar nenhum outro mecanismo adicional que oferecesse proteção aos Direitos Humanos e, conseqüentemente, os refúgios e abuso da violência coercitiva continuam existindo.

3.2 - A crítica realista-ofensiva de Mearsheimer aos impasses institucionais

A Resolução da Assembleia Geral 3519 de 11 de novembro de 1980 já afirmava que a situação marroquina era de ocupação no Saara Ocidental, e que os acordos e dinâmicas conjuntas seriam para estabelecer a paz e finalizar essa ocupação. O Parlamento Europeu também entendeu a presença marroquina enquanto ocupação e, ao visitar a Argélia em março de 2016, Ban-Ki Moon se dirigiu à presença marroquina, novamente, como *ocupação*, e pediu para que a "situação inaceitável" (UNITED NATIONS MULTIMEDIA, 2016) dos refugiados fosse atenuada, uma vez que poucos progressos tenham sido feitos desde o início das negociações. Como resultado, diversos protestos por parte dos marroquinos foram organizados amparados por uma declaração oficial do Governo Marroquino condenando o uso do termo. Cartazes como "*Ban-Ki Moon is not neutral*"² eram levantados. Além de não conseguirem fazer com que as Nações Unidas retirassem ou condenassem o uso do termo, o resultado foi a reiteração de que realmente era uma ocupação³ e, além disso, Ban-Ki Moon expressou oficialmente através de seu porta-voz Stephane Dujarric na Rádio das

² "Ban-Ki Moon não é neutro". Referente à atuação do Secretário-Geral das Nações Unidas à época que, de acordo com os marroquinos, faltou com neutralidade para com o assunto. Diversos protestos tomaram conta da capital marroquina, Rabat.

³ Declaração oficial emitida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas em março de 2016.

Nações Unidas em Nova Iorque sua profunda "raiva e decepção" (UNITED NATIONS MULTIMEDIA, 2016) quanto aos protestos marroquinos. Após essa problemática fundamental, o Marrocos decidiu "expulsar mais de 80 civis da missão da ONU, rescindiu o apoio militar aos capacetes azuis no Saara Ocidental e ameaçou retirar seus soldados também de outras missões da paz das Nações Unidas" (EHLERT; TEIXEIRA, 2016). A falta do apoio marroquino, essencial para a solução do impasse, estabeleceu uma nova paralisia nas relações locais - e, além de paralisá-las, também as dificultou ainda mais, propiciando outras violações de cessar-fogo.

Esses impasses podem ser observados sob a ótica realista-ofensiva de Mearsheimer, que critica três correntes fundamentais do liberalismo: a) Teoria Crítica; b) Segurança Coletiva; e c) o Institucionalismo Liberal. A Teoria Crítica (1) compreende que são os comportamentos dos Estados que definem a realidade, não o contrário. Presume, ainda, que justamente pelo Realismo ser paradigmático e hegemônico há muito tempo por melhor explicá-la, pode tê-la moldado. Os teóricos críticos também entendem que os Estados têm que rever sua identidade no Sistema Internacional, considerando-se partes de algo muito maior, e almejam desconstruir e problematizar as concepções paradigmáticas do Realismo. Mearsheimer a critica (1994, p. 14) percebendo sua teoria enquanto contraditória e incompleta: se presumem que não se pode prever o futuro, como podem crer que a harmonia e a paz substituirão a cultura de anarquia hobbesiana? E se a realidade é assim "moldada" ou "construída", o que determina a vitória de um discurso sobre outro? Afinal, apesar dos esforços por parte das Nações Unidas, a previsão de uma solução pacífica, até então, tem falhado.

A segunda teoria criticada é a Segurança Coletiva (2), que compreende arranjos de Estados (com o intuito de substituir a cultura hobbesiana de anarquia) que, nessa perspectiva liberal, poderiam ter intervindo em casos de conflitos e genocídios - como o de Ruanda - com base na existência de tais arranjos, em princípios morais e pressão da opinião pública favorável à ação. A crítica de Mearsheimer baseia-se em nove pontos fundamentais, dentre eles o fato de que Estados não interviriam frequentemente pois têm interesses específicos; considera, também, a existência de cooperações desiguais (por exemplo, entre

Peru e Estados Unidos) que podem forçar países mais fracos a tomarem determinadas decisões; entende que a não ingerência em assuntos internos e desconhecimento do passado histórico podem gerar falhas em operações, quando existentes; a confiança no arranjo não significa confiar ou desconfiar individualmente dos Estados; e, finalmente, para que os arranjos funcionem efetivamente, o autor alega que precisariam estar prontos para intervir a qualquer momento - o que exigiria militarização e poderia levar a maiores desconfianças e conflitos. Basicamente, em termos gerais, o caso do Saara Ocidental obteve resoluções na ONU e atenção internacional, mas não tão devidamente quanto uma área com potencial ainda maior de exploração que pudesse despertar interesses específicos de grandes potências. No entanto, o Saara Ocidental não é completamente nulo no que tange os recursos naturais: é justamente sua riqueza em fosfato, peixes, atração turística rentável e, sobretudo, petróleo (MARTINEZ, 2011). A ótica clausewitziana realista compreende que a guerra seria racional - diferentemente da premissa liberal de Norman Angell que a consideraria irracional, dada uma interdependência econômica que colocaria muitos fatores em risco com efeitos recíprocos. Isso se explica através da constatação institucionalista-liberal de que os ganhos são absolutos, onde o que importa é que Estados ganhem algo, o que já é positivo, contrapondo-se aos ganhos relativos, percebido pelos realistas, que ocorre quando Estados se importam com o que os demais ganham (MEARSHEIMER, 1994, p. 10). Um exemplo notável é a situação do Saara Ocidental. O Marrocos não quer abdicar da sua soberania e da sua parcela de território realmente considerável, além de poder usufruir de seus recursos naturais. Nesse sentido, não importa a quantidade de soluções pacíficas que já tenham sido feitas, a velha premissa realista ainda permanece sendo o ponto central da política externa marroquina. Todavia, apesar de sua crítica, Mearsheimer afirma que esses ganhos relativos impossibilitam completamente a cooperação, mas são barreiras que a dificultam (MEARSHEIMER, 1994, p. 12).

Por fim, sua crítica central que atinge o Institucionalismo Liberal (3) entende que, diferente dos institucionalistas liberais, que creem que as instituições moldam comportamentos e preferências dos Estados, Mearsheimer compreende que as

Instituições são apenas uma forma de distribuição e legitimação do poder no mundo. Segundo o autor:

Os realistas também reconhecem que os Estados, às vezes, operam através de instituições. No entanto, eles acreditam que essas regras reflitam cálculos autointeressados de Estado, baseados, sobretudo, na distribuição internacional de poder. Os Estados mais poderosos no sistema criam e configuram instituições, e desta forma, eles podem manter sua participação mundial de poder, ou mesmo aumentá-la. (MEARSHEIMER, 1994, p. 13).

Para complementá-lo, Ferguson também afirma que o multilateralismo não é tão esplêndido assim, e que "as Nações Unidas são, em larga medida, uma criação dos Estados Unidos" (FERGUSON, 2011, p. 190). Além disso, outro fator que perpetua o impasse é o fato de que não se trata de uma guerra em massa com aparatos tecnológicos muito avançados: trata-se de uma variedade de guerrilhas equipadas mas com baixo custo. E, sendo menos custoso, a tendência é que esse conflito se perpetue por mais tempo (MARTINEZ, 2011).

Embora inicialmente vista como positiva, a oficialização do pedido de reingresso à União Africana por parte do Marrocos não foi percebida enquanto tão positiva por parte da Frente Polisário e do governo argelino. A decisão de sair, justamente por conta desse impasse (graças à adesão da República Sarauí Democrática), parece ter causado certo arrependimento aos marroquinos. Contudo, sua intenção anterior era a de fazer da União Africana um novo tabuleiro que garantisse mais seus interesses. Essa atitude tende a levar a uma manifestação atual por parte da Frente Polisário que pode dar continuidade ainda maior ao conflito, além de dificultar o reingresso marroquino - que, embora atualmente efetivado, pode passar por impasses políticos - ao bloco após 32 anos de afastamento.

Conclusão

A ótica realista ofensiva de Mearsheimer a respeito das instituições parece fazer mais sentido para explicar o contexto conflituoso no Saara Ocidental. O Marrocos não aparenta estar disposto a abdicar de uma parcela de um território denominado por si mesmo como seu graças a um passado colonial divergente e os inúmeros recursos naturais disponíveis para exploração. Enquanto isso, a paralisa da ONU frente aos problemas locais ainda não é capaz de lidar com as frequentes violações de Direitos Humanos contra os saarauís, concentrados, muitas vezes, em inúmeros campos de refugiados na região.

Um ponto de vista liberal, contudo, pode servir para compreender que o reingresso do Marrocos à União Africana apresenta algumas nuances recentes que parecem indicar que o país e a Argélia estão tentando um diálogo mais próximo. Esta não é, porém, a única compreensão possível, e parece ser mais positiva do que entender que a intenção marroquina ao solicitar o retorno pode ser, também, mais uma tática para transplantar suas vontades e desentendimentos políticos em uma organização internacional relevante para o continente.

Quanto à atuação da ONU, esta não parece constranger o governo marroquino, que demonstra estar firme, desde o início das reivindicações, a manter sua "soberania". Quanto mais a ONU tenta intervir para resolver o conflito, mais parece que a mesma perde a sua credibilidade, pois cada decisão parece tender mais a apenas um agente: se um determinado plano favorece um pouco mais aos saarauís do que aos marroquinos, é rejeitado por estes. E o contrário também se repete. São os casos dos Planos Baker I e II, além do Plano de regularização e outras tentativas institucionais - incluindo a própria Missão de Paz (MINURSO).

Os demais países, por sua vez, evitam apoiar ou contrariar qualquer um dos atores envolvidos no caso para não afetar suas relações diplomáticas. O governo brasileiro, por exemplo, embora ofereça ajuda monetária aos refugiados saarauís, ainda não reconhece formalmente qualquer posicionamento. No entanto, embora a abstenção possa ser vista como neutra, também pode ser percebida enquanto uma ameaça, pois não é total: o apoio financeiro aos refugiados é crucial para

que, em determinado momento, o Marrocos possa ter complicações diplomáticas com o governo brasileiro. Contudo, visto que ainda não há nenhuma declaração formal de apoio ou repúdio, a situação ainda é mais neutra. Do contrário, ocorreria uma onda de protestos como se deu com a visita do Secretário-Geral das Nações Unidas à época (em março de 2016), Ban-Ki Moon. Suas declarações quanto à situação dos refugiados saarauís e a afirmação de que a presença marroquina era uma "ocupação" foram suficientes para que milhares de marroquinos se indignassem com suas falas e protestassem para que ele as retirasse.

A situação é grave e, sem o apoio marroquino, a missão provavelmente continuará sendo um fracasso - e, neste momento crítico, poderá ser ainda pior. Todavia, se o Marrocos parece não querer cooperar, talvez sua saída facilite alguns entraves mais graves. As violações de cessar-fogo recentes demonstram que os inúmeros diálogos fracassaram e que, provavelmente, os ataques menos custosos continuarão ocorrendo ao longo das fronteiras. Por não pesarem tanto no orçamento de ambos os países, é compreensível que continuem. Contudo, sem uma solução viável, os mais prejudicados restam sendo os saarauís, que não tiveram apoio oficial por parte de um mecanismo especial da MINURSO em relação à proteção de seus direitos.

Referências

ÁFRICA 21 ONLINE. **Milhares manifestam-se em Marrocos contra Ban-Ki Moon.** 2016. Disponível em: <<http://africa21online.com/artigo.php?a=19612&e=Pol%C3%ADtica>>. Acesso em 20 de janeiro de 2017

BRIONES, Vives Felipe. **Sáhara: cien años sin libertad.** Alicante: Asociación de amistad con en pueblo saharauí de Alicante-Librería Compás, 1993.

CEDIN, 1975. **Parecer consultivo: Saara Ocidental (1974-1975),** 1975.

EHLERT, Stefan; TEIXEIRA, Cristiane Vieira. **Missão da ONU no Saara Ocidental completa 25 anos sob risco de extinção.** Deutsche Welle, 24 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/miss%C3%A3o-da-onu-no-saara-ocidental-completa-25-anos-sob-risco-de-extin%C3%A7%C3%A3o/a-19222495>>. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

EL DIARIO ESPAÑOL. **El juez Ruz procesa a 11 altos cargos y militares marroquíes por genocidio en el Sáhara.** 09 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.eldiario.es/politica/Ruz-militares-marroquies-genocidio-Sahara_0_375513133.html>. Acesso em 18 de janeiro de 2017.

ESTRADA, Rodrigo Duque. **40 anos de conflito no Saara Ocidental: violência e geopolítica na última colônia africana (Parte 1).** GECI - PUC: Grupo de Estudos Sobre Conflitos Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 6 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://gecipuc.wordpress.com/2015/11/06/40-anos-de-conflito-no-saara-ocidental-violencia-e-geopolitica-na-ultima-colonia-africana-parte-1/>>. Acesso em 18 de janeiro de 2017.

FERGUSON, Niall. Multilateralismo Esplêndido. In **Colosso: Ascensão e Queda do Império Americano.** Planeta: São Paulo, 2011

FUKUYAMA, Francis. "The End of History?" in **National Interest**, Summer, 1989.

HARTOG, François. "Tempos do mundo, História, escrita da História" in GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **"Estudos sobre a escrita da História"**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005, pp. 15-28.

HUNTINGTON, Samuel. "O Choque de Civilizações" in **Política Externa**, vol. 2, nº. 4, 1994 (pp. 120-141).

MARTINEZ, Luis. **Frontières et nationalisme autour du Sahara Occidental**. CERISCOPE Frontières, Sciences Po. 2011. Disponível em: <<http://ceriscope.sciences-po.fr/content/part3/frontieres-et-nationalisme-autour-du-sahara-occidental>>. Acesso em 23 de janeiro de 2017.

MEARSHEIMER, John. "The False Promise of International Institutions" in **International Security**, Vol. 19, No. 3, Winter 1994/1995, pp. 5-49.

MIGUEL, Carlos Ruiz. **El Sahara Occidental y España: Historia, Política y Derecho - Análisis crítico de la Política Exterior Española**. Madrid: Dykinson, 1995.

RUFIN, Jean-Cristophe. **"O Império e os novos bárbaros"**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1991.

UNITED NATIONS. **Security Council Resolution (690)**. 1991. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/690\(1991\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/690(1991))>. Acesso em 18 de janeiro de 2017.

UNITED NATIONS. **Note to correspondents in response to questions on Western Sahara**. 9 de março de 2016. Disponível em <<https://www.un.org/sg/en/content/sg/note-correspondents/2016-03-09/note-correspondents-response-questions-western-sahara>>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

UNITED NATIONS MULTIMEDIA. **Na Argélia, Ban fala em "situação inaceitável" de refugiados saarauís**. 05 de março de 2016. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2016/03/na-argelia-ban-fala-em-situacao-inaceitavel-de-refugiados-saarauis/index.html#.WIdQxIXhDIX>>. Acesso em 22 de janeiro de 2016.

UNITED NATIONS MULTIMEDIA. **Ban expressa "decepção e raiva" sobre manifestação no Marrocos.** 15 de março de 2016. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2016/03/ban-expressa-decepcao-e-raiva-sobre-manifestacao-no-marrocos/#.WldRsFXhDIW>>. Acesso em 22 de janeiro de 2016.

ZERROUGUI, Hiba. **Historique de l'Opération Minurso.** Janvier, 2012. Disponível em: <<http://www.operationspaix.net/90-historique-minurso.html>>. Acesso em 16 de janeiro de 2017.